

Estratégias recomendam muita cautela

Nem o PFL, na liderança do bloco majoritário, nem o PMDB, na condição de maior partido, têm interesse em apressar a votação. "Votar só ao final do prazo legal de 30 dias não é nem uma questão de prudência, e sim necessidade de usarmos o tempo para compreender as medidas, que são muito complexas", revelou ontem o líder em exercício do PMDB na Câmara, Genebaldo Correia (BA). Líder do Governo, deputado Humberto Souto (PLF/MG), também considera inviável qualquer tentativa de votação antes do dia 20, até porque a experiência indica que a semana do Carnaval é improdutiva no Congresso.

Segundo garante um vice-líder do PFL, seu partido tentará fazer com que o relator da medida provisória que trata das novas regras salariais seja o deputado Francisco Dornelles (RJ) que já está defendendo o adiamento da votação, dando um prazo mínimo de 30 dias para que o plano produza seus efeitos. A tese é a de que é preferível permitir a reedição das medidas, a correr o risco de uma votação no escuro. Dornelles, que já manifestou restrições ao pacote

econômico, seria escolhido relator pelo bloco PFL/PRN, que passa a frente do PMDB em número de parlamentares (135, contra 108 pemedebistas).

BLOCO MINADO

Criado para atender aos interesses do governo Collor, o bloco PFL/PRN pode até escolher os relatores mas não garante facilidades ao Governo nas votações. É que os governistas fazem diversas restrições ao pacote. O deputado Jonas Pinheiro (PFL-MT), por exemplo, ficou indignado com o último artigo da MP 294 que, ao estabelecer regras para a desindexação, revogou o dispositivo da Lei 8.174, sancionada pelo Presidente no dia 30 de janeiro. Este dispositivo garantia a correção da dívida pelo preço do produto para o qual receberá o financiamento, mantendo a equivalência entre a produção e o empréstimo. Sua retirada contrariou toda a base rural do Governo. Segundo Jonas Pinheiro, da maneira em que foi colocado, disfarçadamente nas linhas finais da medida provisória, o artigo sugeria má fé da parte

do Governo.

"Os parlamentares do meio rural se sentem ofendidos com o plano", conta o líder do PDC na Câmara, Eduardo Siqueira (TO). Mais uma mostra de que ganhar as relatorias não será sinônimo de facilidades na aprovação do pacote e que vários deputados que integram o bloco governista já solicitaram ao líder Ricardo Fiuza (PFL-PE), que não os inclua nas comissões que analisarão as medidas para evitar que comecem a nova legislatura votando contra o presidente Collor.

"O Governo está ficando indefensável", diz o vice-líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ), para quem um reajuste salarial médio de 25 por cento anunciado pelo secretário nacional de Política Econômica, Antônio Kandir, é "um deboche". Para tentar mudar a opinião dos deputados que pensam como Amaral Netto, Kandir irá à Câmara hoje pela manhã. Embora o convite tenha partido do PMDB, o líder governista Humberto Souto vai solicitar que o secretário debata o pacote econômico também com o PFL.